

Memórias de uma vida dedicada ao setor

Texto: Luciana Percin

Iniciei minha carreira em São Paulo e a encerrei no Rio Grande do Sul, com uma passagem rápida (de quatro anos) por Minas Gerais. Como se vê, para subir na vida, desci geograficamente. Hoje com 76 anos, estou aposentado desde 1993. De lá para cá, tenho cuidado do meu patrimônio e trabalhado como motorista dos meus netos.

Logo após me formar como engenheiro industrial na Faculdade de Engenharia Industrial (FEI), em 1954, comecei a trabalhar para a J.J. Abdalla, um dos "capitães de indústria" da época.

Escolhi o setor têxtil para começar, pois meu pai tinha uma tecelagem e, por isso, paralelamente ao curso de Engenharia, fiz diversos outros no Senai, desde Fiação até Desenho de Padrões de Tecidos. Como primeira tarefa profissional, fiz um layout para transferir a Fiação e Tecelagem Paulista de São Paulo para Jundiá, onde o grupo já possuía a Tecelagem Japi.

Paralelamente, fui encarregado de executar a montagem de uma máquina de papel, a número 5 da Fábrica de Papel Carioca, na Vila Maria, em São

Paulo. Foi a época dos primeiros contatos com os papeleiros, que eram tratados por nós como os "fabricantes alemães". Foi nessa ocasião que conheci também os Irmãos Cavallari: Luiz, Marcelo e Edmundo (a máquina de papel era de fabricação deles).

Fui, então, convocado pelo engenheiro-chefe do Grupo Abdalla e promovido a assistente do recém-contratado Dr. Ladislau Rys, que vinha da Klabin, onde era diretor-superintendente. Eu entrava em um ramo muito promissor - o de celulose -, e o Dr. Abdalla decidira investir mais nesse setor, construindo uma fábrica de celulose para 50 toneladas por dia. O local da fábrica seria Gato Preto, bem no pedágio da Via Anhangüera, onde o esqueleto das instalações permanece até hoje.

KLABIN: MOMENTO DE MUDANÇA

Depois, surgiu o convite para assumir o posto de coordenador de Projeto na Parsons & Whittemore, no Rio de Janeiro. Ao saber que estaria me desligando do Grupo Abdalla, o Dr. Rys me aconselhou a tentar a Klabin do Paraná.



ARQUIVO PESSOAL

Por Aldo Sani
Hoje aposentado, Aldo Sani atuou no setor por 39 anos

Decidi, então, trocar o Rio por Monte Alegre - hoje Telêmaco Borba, no Paraná. Fiquei 13 anos nesse ambiente muito tranquilo, onde meus filhos foram criados e tiveram uma infância muito feliz.

De assistente do engenheiro-chefe, cheguei ao cargo de diretor técnico interino. Nas Indústrias Klabin do Paraná de Celulose (IKPC), tive oportunidade de participar da produção de pasta mecano-química de eucalipto para fabricação de papel-jornal, da fabricação de celulose de sulfato semibranqueada de eucalipto, também utilizada no papel-jornal, e da pasta mecano-química (chemigrundwood - CGW), cujo branqueamento era feito em uma instalação de hidrossulfito de zinco projetada por mim. Durante a permanência em Monte Alegre, a produção evoluiu de 290 para 600 toneladas por dia.

Como diretor interino, consegui também convencer o então diretor-geral, Benedito Dutra, que as IKPC deveriam participar, juntamente com o Senai e o governo do Estado, da

construção do Centro Técnico Senai, em substituição às instalações precárias existentes dentro das IKPC. Tenho muito orgulho por ter contribuído para o curso de técnicos em operações no setor.

BORREGAARD: A QUEDA

Meu próximo desafio profissional se deu em uma fábrica que estava sendo construída em Guaíba (RS) para a produção de 720 toneladas por dia de celulose kraft (sulfato). Quando entrei, estavam no início das montagens e fui contratado para atuar como superintendente industrial sob a batuta de Sieghard Luger, meu antigo diretor técnico nas IKPC.

A Indústria de Celulose Borregaard (ICB) era uma fábrica moderna, com o maior nível de automação na época - tanto que foram necessários treinamentos na Noruega, na Suécia e em Portugal. Várias vezes tive de ir à Associação Nacional dos Fabricantes de Papel e Celulose (ANFPC) para confirmar que se tratava de uma fábrica voltada à exportação e que, portanto, não iria perturbar o mercado interno.

Da euforia da inauguração ao fechamento da fábrica pelo então secretário da Saúde e do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul foi um passo - e uma luta inglória. Era o início da conscientização ecológica no Brasil, e os gaúchos faziam questão de ser os pioneiros. O secretário, então, assumiu essa bandeira.

Depois de 100 dias de parada, na data da posse do General Ernesto Geisel como presidente da República, foi assinado um protocolo com o governo estadual no qual a Borregaard se comprometia a contratar uma empresa de consultoria ambiental. Com isso, o reinício da produção foi autorizado em 15.03.1974.

CENIBRA: APRENDIZADO " NIPO-MINEIRO"

Saí da Borregaard para iniciar um novo projeto - uma joint venture entre a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e a Japan Brazilian Pulp (JBP), união de empresas que representavam cerca de 80% do setor no Japão. Experiência formidável! Conviver com a cultura japonesa, na qual o processo decisório se dá somente por unanimidade, serviu para praticar a paciência, meu ponto fraco. O caminho de um longo planejamento até a decisão dos japoneses era árduo, porém, uma vez aprovado, a execução ocorria rapidamente. No entanto, a cultura da CVRD, mais chegada ao estatal, do tipo "primeiro a gente faz, depois vê como fica", me fez tratar cada um de acordo com sua cultura. Virei político mineiro.

Muitas visitas foram feitas a fábricas de celulose e também inspeção dos equipamentos fornecidos por indústrias japonesas. O treinamento dos operadores foi realizado em fábricas brasileiras, na própria Rio Grande Companhia de Celulose - Riocell (ex-Borregaard), já nacionalizada, e na Suzano.

A partida geral foi bem mais fácil, adotando-se o método de partidas parciais. Nessa empresa, tive a oportunidade de assinar convênio entre a Cenibra e a Universidade de Viçosa para o funcionamento de um curso de pós-graduação em celulose e papel.

RIOCELL: DE VOLTA

Retornei à Riocell (ex-Borregaard) no cargo de diretor-superintendente, após recusar o cargo de diretor do Projeto de Branqueamento, pois, nessa condição, não poderia resolver os problemas estruturais e de meio ambiente. Solicitei carta branca para tratar desses assuntos.

Como primeira providência, vi-

sitei a Borregaard na Noruega, que fazia o branqueamento da celulose da Riocell, para informá-los de que não iríamos mais permitir que nossa celulose branqueada por eles continuasse a ser nossa maior concorrente no mercado europeu, visto que eles a vendiam a preços mais baixos que os nossos.

Dispusemos, assim, de maior quantidade de celulose para o mercado e pudemos praticar nossos preços, recuperando não só nossa marca, como também nosso caixa. O início do projeto de branqueamento correu bem, até que o governo federal criou a Secretaria Especial de Controle das Estatais (Sest). Tentou-se, então, a primeira desestatização da empresa, posteriormente cancelada.

Em 1986, depois de já ter sido privatizada (as ações do Banco do Brasil foram adquiridas pela Kiv Administradora, formada pelos grupos Klabin, Iochpe e Votorantim), a Riocell decidira concentrar-se somente em sua força motriz - a fabricação de celulose e papel e seus derivados e/ou agregados. Iniciou-se a terceirização. Fomos os incentivadores dessa técnica, já praticada pela indústria automobilística, e os criadores do neologismo "terceirização".

O mais significativo para mim, no entanto, foi a alteração da cultura em relação ao meio ambiente, por intermédio da conscientização de que todos têm responsabilidade pelos cuidados ambientais, para a preservação do meio ambiente e da imagem da Riocell.

Sonhos bem planejados e não realizados ficaram por conta da duplicação da Riocell e do projeto Norcell para a instalação de uma unidade produtiva de 400 mil toneladas por ano, numa joint venture que pretendia unir os detentores de tecnologia, floresta e capital. Ainda espero ver isso realizado um dia! 🌱